

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 0012-16 DE 10 DE MARÇO DE 2016.

Autoriza o Poder Executivo a contratar temporária de excepcional interesse público de Auxiliar de Serviços Gerais e Cozinheira.

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a contratar, por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, o cargo a seguir descrito:

Categoria Funcional	Quantidade	Vencimento Mensal	Carga Horária
Auxiliar de Serviços Gerais	20	R\$ 330,76	40 h semanais
Cozinheiras	10	R\$496,18	40 h semanais

Art. 2º O prazo de vigência do contrato não poderá ultrapassar 180(cento e oitenta) dias, devido à excepcionalidade da contratação, por tempo determinado.

Art. 3º Durante a contratação, ficam assegurados todos os direitos elencados na Lei Municipal nº 1.751, de 8 de agosto de 1990.

Art. 4º A cópia do instrumento celebrado será enviada ao Poder Legislativo dentro de 30 (trinta) dias a contar da data de sua realização.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 10 DE MARÇO DE 2016.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito



PROJETO DE LEI Nº 0012-16, DE 10 DE MARÇO DE 2016.

J U S T I F I C A T I V A

Estamos encaminhando a Vossas Excelências o presente projeto de lei, que tem como objetivo colher a indispensável autorização legislativa, para a contratação temporária de vinte(20) Auxiliares de Serviços Gerais e de dez(10) Cozinheiras, para atender excepcional interesse público, a fim de compor a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação.

Justifica-se o pedido de contratação temporária de vinte(20) Auxiliares de Serviços Gerais e de dez(10) Cozinheiras, pela imperiosa necessidade de serviço junto a Secretaria Municipal de Educação, face à imensa demanda nas Escolas de Educação Infantil e Fundamental do Município de Itaqui, em razão do início do ano letivo.

A contratação temporária de vinte (20)Auxiliares de Serviços Gerais e de dez(10) Cozinheiras visa garantir a realização de serviços de cozinha, limpeza, manutenção e conservação, indispensáveis para o funcionamento das Escolas Municipais de Educação Infantil e Fundamental do Município.

Anexa-se ao presente projeto de lei o limite de despesa com pessoal referente ao último quadrimestre, sendo dispensado, neste caso, o cálculo do impacto financeiro-orçamentário, em razão da contratação temporária, nos termos da Lei Complementar Nº 101/2000.

Estas as razões que justificam o presente projeto de lei.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 10 DE MARÇO DE 2016.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito